

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): Uma análise da rentabilidade (roe) das empresas listadas na b3

Business Sustainability Index (ISE): An profitability (ROE) analysis of the companies listed in B3

Samara N. de Oliveira¹, Valterlin da S. Santos²

v. 8/n. 3 (2020)
Abril/Junho

Aceito para publicação em
24/06/2020.

¹Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Rua João Lira Braga, 238, Bairro São José, CEP: 58.804-330, Sousa-PB. E-mail: samaranobrega98@gmail.com;

²Eng. Civil D. Sc., Professor Associado I da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis – UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, BR 230, KM 466,5, CEP: 58800-000, Sousa-PB. E-mail: valterlin@yahoo.com.br;

Resumo

Com as novas exigências da sociedade em relação à sustentabilidade e a responsabilidade social, as empresas têm buscado se adaptar a essa nova modalidade de mercado, visando tornarem-se mais competitivas e garantir sua permanência no ambiente econômico. Diante disto, este estudo teve como objetivo analisar a relação entre a rentabilidade das empresas pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), antes e após o seu ingresso na carteira, desde sua criação até o ano de 2018, tendo como amostra 20 empresas. Para tanto, foi analisado o indicador de rentabilidade Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE) através do teste de hipóteses não-paramétrico de Mann-Whitney. Os resultados obtidos indicam que não é possível afirmar que a entrada das empresas no ISE irá acarretar aumento ou diminuição no indicador de rentabilidade, porém evidenciou-se uma melhor variabilidade dos dados. Do mesmo modo, os resultados obtidos também demonstraram que a rentabilidade dessas organizações se manteve de forma inalterada, ou seja, compor a carteira ISE não alterou sua rentabilidade.

Palavras-chave: responsabilidade social, stakeholders, shareholders.

Abstract

With the new demands of society in relation to sustainability and social responsibility, companies have sought to adapt to this new market modality, aiming to become more competitive and guarantee their permanence in the economic environment. Given this, this study aimed to analyze the relationship between the profitability of companies belonging to the Business Sustainability Index (ISE), before and after joining the portfolio, from its creation until the year 2018, with a sample of 20 companies. For this purpose, the Return on Equity (ROE) profitability indicator was analyzed using the Mann-Whitney non-parametric hypothesis test. The results obtained indicate that it is not possible to affirm that the entry of companies in the ISE will cause an increase or decrease in the profitability indicator, however, there was a better variability of the data. In the same way, the results obtained also demonstrated that the profitability of these organizations remained unchanged, that is, composing the ISE portfolio did not change their profitability.

Keywords: social responsibility, stakeholders, shareholders.

1. Introdução

As empresas do atual mercado têm sofrido fortes mudanças a fim de garantir sua permanência no competitivo cenário dos negócios. Com as novas exigências da sociedade, as organizações tiveram de inovar e readaptar suas práticas empresariais na busca por diferencial competitivo e garantia na construção de valor a longo prazo (GOMES; TORTATO, 2011).

Nesse contexto, a sustentabilidade e a responsabilidade social têm assumido papel importante no moderno âmbito dos negócios. Assim, surgiram indicadores que demonstram além de desempenhos financeiros, dados detalhados da gestão organizacional das empresas, bem como suas relações englobando aspectos éticos, ambientais e sociais (CARVALHO; PIMENTEL; BERTINO, 2018).

A definição de Responsabilidade Social está relacionada ao desenvolvimento sustentável das empresas, onde suas atividades não podem afetar negativamente a sociedade e o meio ambiente (IRIGARAY; VERGARA; SANTOS, 2013). Segundo Machado et al. (2012), a Responsabilidade Social tem como característica fundamental a integração ética de suas práticas e relações com a sociedade, uma vez que esta tem se demonstrado cada vez mais exigente e preocupada com a degradação dos recursos naturais (DOMENICO et al., 2015).

A nova percepção e exigência da sociedade em relação às empresas inseridas no atual mercado fizeram os investidores voltarem a aplicação de seus recursos para entidades socialmente responsáveis, que adotem práticas sustentáveis e sejam rentáveis.

Com essa perspectiva, em 2005, no Brasil, foi criado o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), sendo o quarto índice criado no mundo e o pioneiro na América Latina, com sua carteira englobando 28 empresas (MARCONDES; BACARJI, 2010). O surgimento do ISE tem como fundamento a criação de um índice que analise o comportamento das organizações quanto aos princípios da gestão ambiental.

O ISE tem como base o conceito de Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade), criado por Elkington, em 1998, sob a consideração de três aspectos: ambiental, social e econômico-financeiro do mercado. Para compor a carteira ISE, as empresas da B3 devem atender a alguns requisitos: estar entre as 200 empresas com alto índice de liquidez, ter 50% de presença em pregão no período de vigência das últimas três carteiras, não ser considerada “Penny Stock”, atender as

dimensões e critérios de sustentabilidade e ser incluído pelo Conselho Deliberativo do ISE, atualmente composto por onze instituições (B3, 2015).

Segundo Rezende et al. (2008), com o fortalecimento desse novo olhar social surgiram algumas concepções em relação a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) versus desempenho financeiro, possibilitando assim, teorias conceituais que buscam a explicação da RSC de forma mais abrangente, a qual se destaca a “teoria dos stakeholders” também denominada de “teoria dos grupos de interesse”.

A definição mais aplicada sobre a Teoria dos stakeholders é encontrada na obra de Freeman (1984), *Strategic Management: a stakeholder approach*, o qual descreve stakeholder como sendo um indivíduo ou grupo de indivíduos que podem influenciar ou serem influenciados pelos propósitos de uma determinada entidade, assumindo papel indispensável para as atividades empresariais.

Segundo Teixeira e Moraes (2013), o bom relacionamento e o diálogo com os stakeholders são fundamentais para a conservação das organizações, passando a agregar valores e estimular novos conceitos além da visão exclusivamente econômica. Para Ortega et al. (2016), atender aos interesses dos stakeholders pode gerar vantagens competitivas para as organizações.

No Brasil, as empresas que adotam políticas de Responsabilidade Social possuem um ganho significativo, uma vez que as organizações participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) apresentam ações mais valorizadas quando comparadas as ações de outras firmas (Rossi Júnior, 2009). Contudo, algumas empresas veem a Responsabilidade Social de forma negativa e como geradora de custos adicionais, contribuindo assim, para a redução de seu valor no mercado competitivo (GOMES; TORTATO, 2011).

Nessa ótica, fazendo oposição a teoria dos stakeholders surgiu a “teoria dos shareholders”, também conhecida como teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas, a qual determina que o objetivo da empresa é a maximização de seu lucro (BOAVENTURA et al., 2009). Essa teoria nega que as empresas possuem compromissos com outros que não sejam acionistas e que devem seguir apenas as leis.

Segundo Barbieri e Cajazeira (2016), a teoria dos shareholders ainda pode ser contestada, argumentando-se que os proprietários e acionistas não são as únicas partes interessadas nas empresas, além de que, a maximização do lucro dos mesmos torna-se insuficiente quando não atende as expectativas da sociedade sobre tais organizações.

Nessa abordagem, a principal dificuldade enfrentada pelas organizações é a harmonização entre um modelo de gestão que atue de forma estratégica, equilibrando a perspectiva dos

shareholders quanto à maximização do lucro e a dos stakeholders considerando a adoção de atividades mais responsáveis e sustentáveis (ORELLANO; QUIOTA, 2011).

Passos, Bezerra e Coelho (2016), enfatizam que em ambas as teorias torna-se imprescindível uma gestão eficiente e que considere os objetivos dos stakeholders. Assim, ao atender os propósitos dos shareholders, está beneficiando as demais partes interessadas.

Embora a Responsabilidade Social ainda seja um tema novo na contabilidade, Gomes et al. (2012) destacam um aumento continuado de estudos relacionados a contabilidade ambiental, porém, ainda consideram um assunto secundário na formação dos profissionais contábeis. O estudo da contabilidade ambiental é entendido por Silveira e Pfitscher (2013) como uma especificação da contabilidade de forma a auxiliar os usuários das informações contábeis na tomada de decisões. A organização deve procurar sua otimização através da melhoria na qualidade das relações entre sociedade e seu desempenho social, econômico e ambiental (DOMENICO et al., 2015)

Dentre os estudos correlatos destaca-se o de Silva e Lucena (2019), os quais analisaram a relação entre a participação das empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e sua rentabilidade, obtendo como resultado uma relação positiva entre essa participação das empresas no ISE e o seu ROA (retorno sobre o Ativo), por sua vez, Araújo, Cohen e Silva (2014) buscaram compreender as práticas ambientais adotadas pelas empresas brasileiras e verificar se elas influenciam em seus desempenhos financeiros, chegando à conclusão de que as práticas de gestão ambiental podem ser classificadas em reativas e proativas e que não há diferença significativa no desempenho financeiro desses dois grupos.

Baseando-se nessa discussão teórica dos stakeholders versus shareholders, esse estudo tem como enfoque a discussão da relação entre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o desempenho financeiro das empresas integrantes da carteira ISE, buscando responder a seguinte questão: Houve mudança na rentabilidade das empresas após seu ingresso no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3?

Assim, o objetivo desse trabalho é analisar se ocorreu mudança na rentabilidade das empresas pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 após o seu ingresso na carteira.

2. Material e métodos

Universo e amostra

O universo da pesquisa foi composto pelas empresas que fazem ou fizeram parte da carteira ISE da B3, desde sua criação no ano de 2006 até o ano de 2018.

A amostra utilizada foi formada pelas empresas que se mantiveram na carteira de maneira ininterrupta até o ano de 2018 e que apresentaram dados correspondentes a um período de, pelos menos, três anos consecutivos, anteriores e posteriores a entrada da empresa na carteira. Assim, a amostra foi composta 20 (vinte) empresas do total de 73 (setenta e três) empresas que fazem ou fizeram parte da carteira ISE da B3 de 2006 até o ano de 2018.

Coleta dos dados

Para analisar a rentabilidade das empresas coletados dados de Índices de Rentabilidade denominado Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) na plataforma online Comdinheiro®. O ROE é um índice de rentabilidade representado pela razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido, e demonstra o retorno sobre o capital investido pelos acionistas das empresas (SILVA, 2019).

Segundo Martins, Diniz e Miranda (2018), esse índice é o mais importante dos Índices de Rentabilidade, uma vez que, expõe a capacidade da empresa de remunerar o capital investido pelos sócios, neste caso, é relevante levar em conta o Lucro Líquido, ou seja, o que realmente sobra para os proprietários. Por conseguinte, organizações que demonstram alta rentabilidade geram uma maior expectativa para os acionistas do aumento de dividendos (FORTI; PEIXOTO; ALVES, 2015).

Tratamento dos dados

Para realização desse trabalho, os dados, inicialmente, foram separados em dois períodos: anterior e posterior à entrada das empresas na carteira ISE. Posteriormente, foi realizado o tratamento estatístico com o auxílio do software Microsoft Office Excel, onde foram determinadas as estatísticas básicas: média, mediana e coeficiente de variação (CV) dos dois grupos de dados e para cada Índice de Rentabilidade.

Em seguida, foi aplicado o teste de hipótese Não-Paramétrico de Mann-Whitney (também conhecido como teste U ou teste da soma de postos de Wilcoxon) a fim de averiguar se houveram mudanças significativas na rentabilidade das empresas após o ingresso no ISE.

O teste de hipótese não-paramétrico de Mann-Whitney permite verificar se duas amostras independentes originam-se de populações com médias iguais (FREUND, 2007). Pelo fato de ser um teste não paramétrico, não exigindo considerações sobre as distribuições populacionais e suas variâncias, o teste torna-se uma importante alternativa ao teste paramétrico de comparação de médias. Esse teste também pode ser aplicado para variáveis intervalares ou ordinais (BRUNI, 2007).

Neste trabalho foi testada a hipótese nula que não houve mudança na rentabilidade da empresa após seu ingresso no ISE (as amostras foram retiradas de populações com médias iguais) contra a hipótese alternativa que houve uma mudança na rentabilidade da empresa após seu ingresso no ISE (as amostras foram retiradas de populações com médias distintas), com um nível de significância de 5%.

3. Resultados e discussão

A Tabela 1 apresenta os valores da média, da mediana e do coeficiente de variação (CV) do Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) das empresas antes e após seu ingresso na carteira ISE bem como o resultado do teste de hipótese não-paramétrico de Mann-Whitney para verificar se houve mudança na rentabilidade da empresa após seu ingresso no ISE.

Tabela 1. Tratamentos estatísticos do ROE e resultado do teste de hipótese de Mann-Whitney

EMPRESA	MÉDIA		MEDIANA		CV		Resultado
	ANTES	DEPOIS	ANTES	DEPOIS	ANTES	DEPOIS	
B2W DIGITAL	4,6	-13,3	3,1	-13,4	4,05	-0,21	NÃO REJEITO H0
BANCO DO BRASIL	14,2	20,3	12,4	20,9	0,59	0,31	NÃO REJEITO H0
BRABESCO	19,5	18,8	18,7	19,2	0,22	0,18	NÃO REJEITO H0
BRASKEM	0,7	21,8	8	9,5	28,04	3,14	NÃO REJEITO H0
CEMIG	10	19,2	12,6	20,2	1,6	0,45	NÃO REJEITO H0
CIELO	253,4	47,3	141,7	43,3	1,21	0,38	REJEITO H0
CPFL ENERGIA	-994	18,1	6,8	17,3	-2,69	0,46	NÃO REJEITO H0
DURATEX	7,7	7,8	9,5	8,9	1,02	0,55	NÃO REJEITO H0
ECORODOVIAS	22,3	3	25,3	20,1	0,59	25,4	NÃO REJEITO H0
ELETROPAULO	-1,8	9,9	2,8	7	-10,04	2,39	NÃO REJEITO H0
ENERGIAS BR	3,7	11,6	7,8	11,1	2,77	0,28	NÃO REJEITO H0
FIBRIA	7,9	3,7	11,5	2,8	1,72	2,41	NÃO REJEITO H0

FLEURY	11,1	12,9	8,1	14,9	0,79	0,51	NÃO REJEITO H0
KLABIN	8,7	6,4	8,7	7,4	1,96	3,24	NÃO REJEITO H0
LOJAS AMERICANAS	29,1	2	30,5	1,8	0,71	0,6	REJEITO H0
LOJAS RENNER	24,7	24,3	26,1	24,4	0,19	0,06	NÃO REJEITO H0
NATURA	65,9	57,3	68,9	64,5	0,18	0,29	NÃO REJEITO H0
SANTANDER	9,2	9,6	10,1	9,4	0,75	0,27	NÃO REJEITO H0
TELEFÔNICA	15,7	8,3	12,9	7,7	0,47	0,36	REJEITO H0
TIM	7,9	10,1	7,4	10,2	0,97	0,51	NÃO REJEITO H0

Fonte: Do autor

Observa-se, que das 20 (vinte) empresas analisadas, oito empresas apresentaram um aumento no valor da média e da mediana do ROE após sua entrada na carteira ISE. Da mesma maneira, nove empresas apresentaram uma diminuição no valor da média e da mediana do ROE após sua entrada na carteira ISE. Três empresas apresentaram resultados diferentes quanto o aumento ou diminuição médio e mediano do valor do ROE para o período analisado.

Logo, tem-se que não há uma uniformidade quanto à rentabilidade das empresas pesquisadas e sua entrada na carteira ISE, corroborando com os resultados de Silva e Lucena (2019) que perceberam que permanência das empresas no índice não acarretou aumentos frequentes no seu ROA (Retorno sobre o Ativo).

Analisando o coeficiente de variação, tem-se que apenas seis empresas apresentaram aumento no seu valor após sua entrada na carteira ISE, o que demonstra que para a maioria das empresas os valores do ROE tiveram um comportamento mais homogêneo (com menor variabilidade) após sua entrada na carteira ISE.

Com relação ao Teste de hipótese para verificar se houve mudança na rentabilidade da empresa após seu ingresso no ISE, tem-se que a maioria das empresas (17 empresas) não rejeitaram a hipótese nula, ou seja, para essas empresas não se pode afirmar, com 95% de confiança, que sua entrada no ISE acarretou mudanças no ROE. Corroborando, mais uma vez, com os resultados de Silva e Lucena (2019) que constaram que a entrada das empresas no ISE não interfere no seu ROA. Entretanto, os autores entendem que é vantajoso para as companhias de capital aberto investir seus recursos em atividades de responsabilidade social corporativa, tanto de forma direta, com práticas dentro da própria organização, quanto patrocinando instituições filantrópicas que atuam nessa área de desenvolvimento sustentável, a fim de integrarem ao ISE.

Observa-se que das 03 (três) empresas que obtiveram mudança na rentabilidade após o ingresso no ISE (rejeitou-se H0), todas tiveram uma diminuição no valor médio e mediano de sua rentabilidade.

4. Conclusões

Esta pesquisa teve como fundamento analisar a relação entre a rentabilidade das empresas antes e após o seu ingresso no Índice de Sustentabilidade Empresarial, considerando as teorias da responsabilidade social nas empresas, stakeholders, shareholders, além do conceito e requisitos a respeito da composição da carteira ISE.

De forma geral, os resultados obtidos demonstraram:

1. Não há uma mudança significativa na rentabilidade (ROE) da maioria das empresas pesquisadas. Entretanto, os resultados divergem quanto ao aumento ou diminuição do ROE das empresas após seu ingresso no ISE.
2. A maioria das empresas obteve, após sua entrada na carteira ISE, uma melhora na variabilidade nos dados de rentabilidade, ou seja, após a entrada no ISE as empresas passaram a ter valores de rentabilidade mais consistentes (próximos à média).
3. A permanência das empresas na carteira ISE não tem proporcionado aumento ou qualquer alteração significativa em sua rentabilidade, ou seja, apesar da exigência da sociedade e da preocupação das empresas quanto à prática de responsabilidade social com base nas teorias dos stakeholders e shareholders, compor a carteira ISE ainda não é um fator determinante e significativo na rentabilidade das empresas atualmente.

Entretanto, novas pesquisas com outros índices de rentabilidade e outros fatores que possam influenciar tais índices devem ser desenvolvidas para entendermos melhor a relação entre a responsabilidade socioambiental das empresas e sua rentabilidade financeira.

Referências

ARAÚJO, G. A.; COHEN, M.; SILVA, J. F.; Avaliação do efeito das estratégias de gestão ambiental sobre o desempenho financeiro de empresas brasileiras. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.16-38, Mai./Ago. 2014.

B3. Metodologia do Índice De Sustentabilidade Empresarial (Ise), 2015.

http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm. 26 abr. 2019

BARBIERI, J. C. CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social e empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 230p.

BOAVENTURA, J. M. G.; CARDOSO, F. R.; SILVA, E. S.; SILVA, R. S. Teoria dos Stakeholders e Teoria da Firma: um estudo sobre a hierarquização das funções-objetivo em empresas brasileiras. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v.11, n.32, p.289-307, Jul./Set. 2009.

BRUNI, A. L. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Editora Atlas, 2007. 352p.

CARVALHO, M. F.; PIMENTEL, M. S.; BERTINO, R. M. J. Índice de Sustentabilidade Empresarial: uma análise acerca da evidenciação do passivo ambiental. *Revista Ambiente Contábil*. Natal. v.10, n.1, p. 104 – 120, jan./jun. 2018.

DOMENICO, D.; MAZZIONI, S.; GUBIANI, C. A.; KRONBAUER, N. B.; VILANI, L. Práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas de capital aberto de Santa Catarina listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, Florianópolis, v.14, n.42, p.70-84, Mai./Ago. 2015.

FORTI, C. A. B.; PEIXOTO, F. M.; ALVES, D. L. E. Fatores determinantes do pagamento de dividendos no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v.26, n.68, p. 167-180, 2015.

FREEMAN, R. E. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984. 292p.

FREUND, J. E. Estatística aplicada: Economia, administração e contabilidade. 11 ed. São Paulo: Editora Bookman, 2007. 536p.

GOMES, F. P.; TORTATO, U. Adoção de Práticas de Sustentabilidade como Vantagem Competitiva: Evidências Empíricas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 33 – 49, Mai./Ago. 2011.

GOMES, S. M. S.; SAMPAIO, M. S.; AZEVEDO, T. C.; SLOMSKI, V. G. Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de ciências contábeis nas IES brasileiras. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, São Paulo, v.6, n.1, p.177-189, Jan./Abr. 2012.

IRIGARAY, H. A. R.; VERGARA, S. C.; SANTOS, M. C. F. Responsabilidade social corporativa: um duplo olhar sobre a Reduc. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v.14, n.6, p. 82-111, Nov./Dez. 2013.

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R.; SIQUEIRA, J. R. M. Análise da relação entre investimentos socioambientais e a inclusão de empresas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v.14, n.32, p. 141-156, Abr. 2012.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C.D. ISE: Sustentabilidade no Mercado de Capitais. 1 ed. São Paulo: Report Editora, 2010. 173p.

MARTINS, E., DINIZ, J. A., MIRANDA, J. G. Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018. 340p.

ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. *ERA*, São Paulo, v.51, n. 5, p. 471 – 484, Set./Out. 2011.

ORTEGA, R. P.; MELO, P. L. R.; BOAVENTURA, J. M. G.; MASCENA, K. M. C. Atendimento dos interesses do stakeholder franqueado e sua relação com o desempenho financeiro em redes de franquias. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v.9, Ed. Especial Engema, p. 24-38, 2016.

PASSOS, L. C.; BEZERRA, A. N.; COELHO, A. C. Influências de Teorias Econômicas na Teoria Contábil: o caso da Função-Objetivo da Firma. *REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v.10, n.4, p. 416-430, out./dez. 2016.

REZENDE, I. A. C.; NUNES, J. G.; PORTELA, S. S. Um estudo sobre o desempenho financeiro do Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v.2, n.1, p. 71-93, jan./abr. 2008.

ROSSI JUNIOR, J. L.; What is the value of corporate social responsibility? An answer from Brazilian sustainability index. Journal of International Business and Economics, 2009.
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1338114. 26 Set. 2019.

SILVA, A. A. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019. 304p.

SILVA, V. M.; LUCENA, W. G. L. Contabilidade ambiental: análise da participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e a rentabilidade das empresas listadas na [B]3. Revista Gestão & Tecnologia, Pedro Leopoldo, v.19, n.2, p. 109 – 125, Abr./Jun. 2019.

SILVEIRA, G. L. M.; PFITSCHER, D. E. Responsabilidade Socioambiental: estudo comparativo entre empresas de energia elétrica da região sul do brasil. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, v.3, n.2, p. 177-195, Jul./Dez. 2013.

TEIXEIRA, M. G. C.; MORAES, I. B. O diálogo com Stakeholders na teoria e na prática: análise da relação de uma empresa pública do setor industrial com seus stakeholders, para a construção de uma política de responsabilidade social. Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, v.6, Edição Especial, p. 211-228, Mai. 2013.